

CREFONO 5

CREFONO 5 - CONSELHO REGIONAL DE FONOAUDIOLOGIA - 5ª REGIÃO

Analista Administrativo

EDITAL № 1 – CREFONO-5, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2025

> CÓD: OP-080FV-25 7908403569342

Língua Portuguesa

1.	Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados	11
2.	Reconhecimento de tipos e gêneros textuais	18
3.	Domínio da ortografia oficial	25
4.	Domínio dos mecanismos de coesão textual. Emprego de elementos de referenciação, substituição e repetição, de conectores e de outros elementos de sequenciação textual	28
5.	Emprego de tempos e modos verbais. Emprego das classes de palavras	33
6.	Domínio da estrutura morfossintática do período. Relações de coordenação entre orações e entre termos da oração. Relações de subordinação entre orações e entre termos da oração	40
7.	Emprego dos sinais de pontuação	45
8.	Concordância verbal e nominal	46
9.	Regência verbal e nominal	48
10.	Emprego do sinal indicativo de crase	49
11.	Colocação dos pronomes átonos	50
12.	Reescrita de frases e parágrafos do texto. Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto. Reescrita de textos de diferentes gêneros e níveis de formalidade	51
13.	Significação das palavras	52
14.	Substituição de palavras ou de trechos de texto	57
15.	Redação e correspondências oficiais. Manual de Redação da Presidência da República	57
1.	Estruturas lógicas. Lógica sentencial (ou proposicional). Proposições simples e compostas. Tabelas-verdade. Equivalências. Leis De Morgan	71 76
	Leis De Morgan	71
2.	Diagramas lógicos	
3.	Diagramas logicos	80
4.		00
5.	Lógica de primeira ordem	80
6.	Lógica de primeira ordem	82
7.	Lógica de primeira ordem Princípios de contagem e probabilidade Operações com conjuntos	82 87
	Lógica de primeira ordem	82
Nc	Lógica de primeira ordem Princípios de contagem e probabilidade Operações com conjuntos	82 87
N C	Lógica de primeira ordem Princípios de contagem e probabilidade Operações com conjuntos Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais	82 87
	Lógica de primeira ordem Princípios de contagem e probabilidade Operações com conjuntos Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais OÇÕES de Informática	82 87 89
1.	Lógica de primeira ordem Princípios de contagem e probabilidade Operações com conjuntos Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais Oções de Informática Conceitos básicos de hardware e software: funcionamento do computador; conhecimentos dos componentes principais	82 87 89
1. 2.	Lógica de primeira ordem Princípios de contagem e probabilidade Operações com conjuntos Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais OÇÕES de Informática Conceitos básicos de hardware e software: funcionamento do computador; conhecimentos dos componentes principais Redes de Computadores: conceitos básicos	82 87 89 95 96
 1. 2. 3. 	Lógica de primeira ordem Princípios de contagem e probabilidade Operações com conjuntos Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais OÇÕES de Informática Conceitos básicos de hardware e software: funcionamento do computador; conhecimentos dos componentes principais Redes de Computadores: conceitos básicos Noções do Sistema Operacional Windows (10 e 11)	82 87 89 95 96 104
1. 2. 3. 4.	Lógica de primeira ordem Princípios de contagem e probabilidade	82 87 89 95 96 104 110
1. 2. 3. 4. 5.	Lógica de primeira ordem Princípios de contagem e probabilidade Operações com conjuntos Raciocínio lógico envolvendo problemas aritméticos, geométricos e matriciais Proções de Informática Conceitos básicos de hardware e software: funcionamento do computador; conhecimentos dos componentes principais Redes de Computadores: conceitos básicos Noções do Sistema Operacional Windows (10 e 11) Conceitos gerais de segurança da informação: proteção contra vírus e outras formas de softwares ou ações intrusivas Dados: conceitos, atributos, métricas, transformação de dados	82 87 89 95 96 104 110
1. 2. 3. 4. 5.	Lógica de primeira ordem	82 87 89 95 96 104 110 112

Atualidades

1.	dade, educação, saúde, cultura, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável e ecologia
۷ı	oções De Direito Constitucional
٧C	goes de diferto constitucional
1.	Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direito à vida, à liberdade, à igualdade e à segurança
2.	Direitos humanos na Constituição Federal
3.	Declaração Universal dos Direitos Humanos
4.	Convenção Americana sobre Direitos Humanos
Vc	oções De Direito Administrativo
1.	Administração direta e indireta: Autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista
2.	Ato administrativo: Conceito, requisitos, atributos, classificação e espécies
3.	Agentes públicos: Legislação pertinente; Disposições doutrinárias; Conceito; Espécies; Cargo, emprego e função pública
<u>'</u> ti	ca Na Administração Pública E Legislação
1.	Ética e moral; Ética, princípios e valores; Ética e democracia: exercício da cidadania
2.	Ética e função pública; Ética no setor público
3.	Lei nº 8.429/1992 e suas alterações: Disposições gerais; Atos de improbidade administrativa
Vc	oções De Administração E Gestão Pública
1.	Teorias da administração
2.	Estruturação da máquina administrativa no Brasil desde 1930: dimensões estruturais e culturais
3.	Administração Pública: do modelo racional-legal ao paradigma pós-burocrático
l.	Desburocratização
5.	Estrutura organizacional: Organização, eficiência, eficácia, efetividade; Níveis hierárquicos; Papéis e competências gerenciais
õ.	Novas tecnologias gerenciais: Reengenharia e qualidade; Impactos sobre a configuração das organizações públicas e sobre os processos de gestão
7.	Gestão de resultados
3.	Processo de solução de conflitos
9.	Aspectos comportamentais da organização: liderança, motivação, comunicação e desempenho
LO.	Cultura organizacional
11.	Empreendedorismo governamental e novas lideranças no setor público
12.	Convergências e diferenças entre a gestão pública e a gestão privada
13.	Excelência nos serviços públicos

,		
IN	\neg	CF
IN	ונו	۱Г

_

questões-chave em estratégia 16. Planejamento estratégico: Conceitos, métodos e técnicas; Modelos de gestão e es institucional; As escolas de planejamento estratégico; Análise SWOT; Indicadores organizacional; Balanced Scorecard; O ciclo do planejamento (análise do ambiente valores); Planejamento tático; Planejamento operacional 17. Gestão de projetos: Noções de elaboração, análise, avaliação e gerenciamento de Thinking 18. Gestão de processos organizacionais: Desenho, análise, padronização e melhoria de ções públicas 19. Ciclo PDCA 20. Benchmarking 21. Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais 22. Governabilidade e governança 23. Governo eletrônico 24. Accountability 25. Controle social e cidadania 26. Gestão de Riscos: Conceito e caracterização do risco; Identificação do dano e suas de risco; Monitoramento dos fatores de risco; Apetite ao risco. 27. Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, for	tão e estruturas organizacionais; Planejamento cadores e sistema de medição de desempenho ambiente, objetivos estratégicos, missão, visão, mento de projetos; Metodologias ágeis; Design moria de processos; Cadeia de valor de organizado e suas causas; Resposta ao risco; Comunicação e das, formulação, implementação e avaliação de		O paradigma do cliente na gestão pública	280
institucional; As escolas de planejamento estratégico; Análise SWOT; Indicadores organizacional; Balanced Scorecard; O ciclo do planejamento (análise do ambiente valores); Planejamento tático; Planejamento operacional	e suas causas; Resposta ao risco; Comunicação de das mplementação de desempenho ambiente, objetivos estratégicos, missão, visão, mento de projetos; Metodologias ágeis; Design moria de processos; Cadeia de valor de organizado de suas causas; Resposta ao risco; Comunicação de adas, formulação, implementação e avaliação de	15.	Fundamentos de estratégia: o que é estratégia; quais as condições necessárias para se desenvolver a estratégia; quais são as questões-chave em estratégia	28:
Thinking	e suas causas; Resposta ao risco; Comunicação de avaliação de		Planejamento estratégico: Conceitos, métodos e técnicas; Modelos de gestão e estruturas organizacionais; Planejamento institucional; As escolas de planejamento estratégico; Análise SWOT; Indicadores e sistema de medição de desempenho organizacional; Balanced Scorecard; O ciclo do planejamento (análise do ambiente, objetivos estratégicos, missão, visão, valores); Planejamento tático; Planejamento operacional	284
ções públicas	e suas causas; Resposta ao risco; Comunicação ndas, formulação, implementação e avaliação de	17.	Gestão de projetos: Noções de elaboração, análise, avaliação e gerenciamento de projetos; Metodologias ágeis; Design Thinking	292
 Benchmarking Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais Governabilidade e governança Governo eletrônico Accountability Controle social e cidadania Gestão de Riscos: Conceito e caracterização do risco; Identificação do dano e suas o de risco; Monitoramento dos fatores de risco; Apetite ao risco Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, for políticas; As políticas judiciárias no Estado brasileiro contemporâneo 	e suas causas; Resposta ao risco; Comunicação ndas, formulação, implementação e avaliação de	18.	Gestão de processos organizacionais: Desenho, análise, padronização e melhoria de processos; Cadeia de valor de organizações públicas	29!
 Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais Governabilidade e governança Governo eletrônico Accountability Controle social e cidadania Gestão de Riscos: Conceito e caracterização do risco; Identificação do dano e suas o de risco; Monitoramento dos fatores de risco; Apetite ao risco Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, for políticas; As políticas judiciárias no Estado brasileiro contemporâneo 	e suas causas; Resposta ao risco; Comunicação ndas, formulação, implementação e avaliação de	19.	Ciclo PDCA	298
 Governabilidade e governança Governo eletrônico Accountability Controle social e cidadania Gestão de Riscos: Conceito e caracterização do risco; Identificação do dano e suas o de risco; Monitoramento dos fatores de risco; Apetite ao risco Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, for políticas; As políticas judiciárias no Estado brasileiro contemporâneo 	e suas causas; Resposta ao risco; Comunicação ndas, formulação, implementação e avaliação de	20.	Benchmarking	299
 Governo eletrônico	e suas causas; Resposta ao risco; Comunicação ndas, formulação, implementação e avaliação de	21.	Comunicação na gestão pública e gestão de redes organizacionais	300
 24. Accountability 25. Controle social e cidadania 26. Gestão de Riscos: Conceito e caracterização do risco; Identificação do dano e suas o de risco; Monitoramento dos fatores de risco; Apetite ao risco 27. Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, for políticas; As políticas judiciárias no Estado brasileiro contemporâneo 	e suas causas; Resposta ao risco; Comunicação ndas, formulação, implementação e avaliação de	22.	Governabilidade e governança	30:
 Controle social e cidadania Gestão de Riscos: Conceito e caracterização do risco; Identificação do dano e suas o de risco; Monitoramento dos fatores de risco; Apetite ao risco Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, for políticas; As políticas judiciárias no Estado brasileiro contemporâneo 	e suas causas; Resposta ao risco; Comunicação ndas, formulação, implementação e avaliação de	23.	Governo eletrônico	302
 26. Gestão de Riscos: Conceito e caracterização do risco; Identificação do dano e suas o de risco; Monitoramento dos fatores de risco; Apetite ao risco	e suas causas; Resposta ao risco; Comunicação idas, formulação, implementação e avaliação de	24.	Accountability	30
de risco; Monitoramento dos fatores de risco; Apetite ao risco	ndas, formulação, implementação e avaliação de	25.	Controle social e cidadania	30
políticas; As políticas judiciárias no Estado brasileiro contemporâneo		26.	Gestão de Riscos: Conceito e caracterização do risco; Identificação do dano e suas causas; Resposta ao risco; Comunicação de risco; Monitoramento dos fatores de risco; Apetite ao risco	30
		27.	Processo de formulação e desenvolvimento de políticas: construção de agendas, formulação, implementação e avaliação de políticas; As políticas judiciárias no Estado brasileiro contemporâneo	31
20. IIIOvação, Mudanças Institucionais	•			31
 O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimenso 				
2. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento	ejamento governamental. Princípios orçamentá-	Ad	ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na	24
3. O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçame	Orçamento anual. Sistema e processo de orça-	Ad	ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentá-	31
mentação. Classificações orçamentarias	100000000000000000000000000000000000000	Ad 1. 2.	ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários. O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orça-	31
4. Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execuçã	execução. Sistemas de informações. Alterações	1. 2. 3.	ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários	31 32
4. Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execuçã orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais	execução. Sistemas de informações. Alterações	1. 2. 3. 4.	Ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários. O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias. Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execução. Sistemas de informações. Alterações	31 31 32 32 32
 Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execução orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais. Receita pública. Categorias, fontes e estágios. Dívida ativa. 	execução. Sistemas de informações. Alterações	1. 2. 3. 4.	ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários. O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias. Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execução. Sistemas de informações. Alterações orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais.	31 32 32
mentacao. Classificacoes orcamentarias		Ad 1. 2.	ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários. O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orça-	3
4. Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execuçã	execução. Sistemas de informações. Alterações	1. 2. 3.	Ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários. O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias. Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execução. Sistemas de informações. Alterações	3
4. Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execuçã orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais	execução. Sistemas de informações. Alterações	1. 2. 3. 4.	ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários. O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias. Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execução. Sistemas de informações. Alterações orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais.	3
 Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execução orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais. Receita pública. Categorias, fontes e estágios. Dívida ativa 	execução. Sistemas de informações. Alterações	1. 2. 3. 4.	ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários. O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias	3: 3: 3:
 Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execuçã orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais. Receita pública. Categorias, fontes e estágios. Dívida ativa. Despesa pública. Categorias e estágios. Restos a pagar. Despesas de exercícios anter 	execução. Sistemas de informações. Alterações os anteriores. Suprimento de fundos	1. 2. 3. 4. 5. 6.	ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia	31 32 32 32
 Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execuçã orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais. Receita pública. Categorias, fontes e estágios. Dívida ativa. Despesa pública. Categorias e estágios. Restos a pagar. Despesas de exercícios anter 	execução. Sistemas de informações. Alterações os anteriores. Suprimento de fundos	1. 2. 3. 4. 5. 6.	ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários. O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias	3: 3: 3: 3:
 Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execuçã orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais	execução. Sistemas de informações. Alterações os anteriores. Suprimento de fundos	1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.	O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários. O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias	31 32 32 32 32
 Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execuçã orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais	execução. Sistemas de informações. Alterações os anteriores. Suprimento de fundos	1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.	O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários. O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias	31 32 32 32 32 33 33
 Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execuçã orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais	execução. Sistemas de informações. Alterações os anteriores. Suprimento de fundos	1. 2. 3. 4. 5. 6. 7.	O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários. O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias . Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execução. Sistemas de informações. Alterações orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais. Receita pública. Categorias, fontes e estágios. Dívida ativa. Despesa pública. Categorias e estágios. Restos a pagar. Despesas de exercícios anteriores. Suprimento de fundos	31 32 32 32 32 33 33
 Programação e execução orçamentária e financeira. Acompanhamento da execuçã orçamentárias. Créditos ordinários e adicionais	execução. Sistemas de informações. Alterações os anteriores. Suprimento de fundos	1. 2. 3. 4. 5. 6. 7. No 1. 2.	ministração Financeira E Orçamentária O papel do Estado e a atuação do governo nas finanças públicas. Formas e dimensões da intervenção da administração na economia. Orçamento público e sua evolução. Orçamento como instrumento do planejamento governamental. Princípios orçamentários O orçamento público no Brasil. Plano Plurianual. Diretrizes orçamentárias. Orçamento anual. Sistema e processo de orçamentação. Classificações orçamentárias	311 322 322 322 333

,		
INI	\neg	\sim r
HV	ונו	ιг

_

5.	Treinamento e Desenvolvimento	361
6.	Gestão do desempenho. Indicadores de desempenho	361
7.	Motivação	364
8.	Gestão por competências	365
9.	O indivíduo e o contexto organizacional: variáveis individuais, grupais e organizacionais. Comportamento humano no trabalho: satisfação e comprometimento	365
10.	Equipes e grupos de trabalho	366
11.	Competência Interpessoal	367
12.	Gestão do conhecimento	367
13.	Qualidade de vida no trabalho	368
14.	Dimensionamento de pessoal	368
No	oções De Recursos Materiais	
1.	Classificação de materiais. Tipos de classificação	373
2.	Atributos para classificação de materiais	374
3.	Gestão de estoques	376
4.	Compras. Modalidades de compra. Cadastro de fornecedores	382
5.	Cadastro de fornecedores	383
6.	Compras no setor público. Edital de licitação	383
7.	Recebimento e armazenagem. Entrada. Conferência. Critérios e técnicas de armazenagem	385
8.	Gestão patrimonial	388
9.	Controle de bens	390
10.	Inventário	392
11.	Alterações e baixa de bens	393
	Oções De Arquivologia Arquivística: princípios e conceitos. Gestão de documentos. Classificação de documentos de arquivo. Arquivamento e ordenação do documentos do arquivo.	397
2.	nação de documentos de arquivo	405
3.	Tabela de temporalidade de documentos de arquivo	406
4 .	Acondicionamento e armazenamento de documentos de arquivo	408
¬. 5.	Preservação e conservação de documentos de arquivo	409
6.	Sistema Eletrônico de Informações (SEI)	410
0.		110
Ge	estão De Contratos	
1.	Licitações e contratos administrativos: Lei nº 14.133/2021, conceito, princípios, contratação direta, modalidades, tipos e aspectos procedimentais	429
2.	Decreto nº 11.531/2023 e Portaria Conjunta MGI/MF/CGU nº 33/2023 (convênios e instrumentos congêneres)	501
3.	Da análise do plano de trabalho	516

,		
1 6 1 1		
INI))(-	

4.	Decreto nº 11.462/2023	539
5.	IN/MPOG nº 5/2017 e IN/SEGES/ME nº 98/2022	546
6.	Elaboração e fiscalização de contratos; Cláusulas e indicadores de nível de serviço; Papel do fiscalizador do contrato; Papel do preposto da contratada; Acompanhamento da execução contratual Registro e notificação de irregularidades; Definição e	
	aplicação de penalidades e sanções administrativas	556

LÍNGUA PORTUGUESA

COMPREENSÃO E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS DE GÊNEROS VARIADOS

A leitura e interpretação de textos são habilidades essenciais no âmbito dos concursos públicos, pois exigem do candidato a capacidade de compreender não apenas o sentido literal, mas também as nuances e intenções do autor. Os textos podem ser divididos em duas categorias principais: literários e não literários. A interpretação de ambos exige um olhar atento à estrutura, ao ponto de vista do autor, aos elementos de coesão e à argumentação. Neste contexto, é crucial dominar técnicas de leitura que permitam identificar a ideia central do texto, inferir informações implícitas e analisar a organização textual de forma crítica e objetiva.

- Compreensão Geral do Texto

A compreensão geral do texto consiste em identificar e captar a mensagem central, o tema ou o propósito de um texto, sejam eles explícitos ou implícitos. Esta habilidade é crucial tanto em textos literários quanto em textos não literários, pois fornece ao leitor uma visão global da obra, servindo de base para uma interpretação mais profunda. A compreensão geral vai além da simples decodificação das palavras; envolve a percepção das intenções do autor, o entendimento das ideias principais e a identificação dos elementos que estruturam o texto.

- Textos Literários

Nos textos literários, a compreensão geral está ligada à interpretação dos aspectos estéticos e subjetivos. É preciso considerar o gênero (poesia, conto, crônica, romance), o contexto em que a obra foi escrita e os recursos estilísticos utilizados pelo autor. A mensagem ou tema de um texto literário muitas vezes não é transmitido de maneira direta. Em vez disso, o autor pode utilizar figuras de linguagem (metáforas, comparações, simbolismos), criando camadas de significação que exigem uma leitura mais interpretativa.

Por exemplo, em um poema de Manuel Bandeira, como "O Bicho", ao descrever um homem que revirava o lixo em busca de comida, a compreensão geral vai além da cena literal. O poema denuncia a miséria e a degradação humana, mas faz isso por meio de uma imagem que exige do leitor sensibilidade para captar essa crítica social indireta.

Outro exemplo: em contos como "A Hora e a Vez de Augusto Matraga", de Guimarães Rosa, a narrativa foca na jornada de transformação espiritual de um homem. Embora o texto tenha uma história clara, sua compreensão geral envolve perceber os elementos de religiosidade e redenção que permeiam a narrativa, além de entender como o autor utiliza a linguagem regionalista para dar profundidade ao enredo.

- Textos Não Literários

Em textos não literários, como artigos de opinião, reportagens, textos científicos ou jurídicos, a compreensão geral tende a ser mais direta, uma vez que esses textos visam transmitir informações objetivas, ideias argumentativas ou instruções. Neste caso, o leitor precisa identificar claramente o tema principal ou a tese defendida pelo autor e compreender o desenvolvimento lógico do conteúdo.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre os efeitos da tecnologia na educação, o autor pode defender que a tecnologia é uma ferramenta essencial para o aprendizado no século XXI. A compreensão geral envolve identificar esse posicionamento e as razões que o autor oferece para sustentá-lo, como o acesso facilitado ao conhecimento, a personalização do ensino e a inovação nas práticas pedagógicas.

Outro exemplo: em uma reportagem sobre desmatamento na Amazônia, o texto pode apresentar dados e argumentos para expor a gravidade do problema ambiental. O leitor deve captar a ideia central, que pode ser a urgência de políticas de preservação e as consequências do desmatamento para o clima global e a biodiversidade.

- Estratégias de Compreensão

Para garantir uma boa compreensão geral do texto, é importante seguir algumas estratégias:

- Leitura Atenta: Ler o texto integralmente, sem pressa, buscando entender o sentido de cada parte e sua relação com o todo.
- **Identificação de Palavras-Chave:** Buscar termos e expressões que se repetem ou que indicam o foco principal do texto.
- Análise do Título e Subtítulos: Estes elementos frequentemente apontam para o tema ou ideia principal do texto, especialmente em textos não literários.
- Contexto de Produção: Em textos literários, o contexto histórico, cultural e social do autor pode fornecer pistas importantes para a interpretação do tema. Nos textos não literários, o contexto pode esclarecer o objetivo do autor ao produzir aquele texto, seja para informar, convencer ou instruir.
- Perguntas Norteadoras: Ao ler, o leitor pode se perguntar:
 Qual é o tema central deste texto? Qual é a intenção do autor ao escrever este texto? Há uma mensagem explícita ou implícita?



Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** Um poema como "Canção do Exílio" de Gonçalves Dias pode, à primeira vista, parecer apenas uma descrição saudosista da pátria. No entanto, a compreensão geral deste texto envolve entender que ele foi escrito no contexto de um poeta exilado, expressando tanto amor pela pátria quanto um sentimento de perda e distanciamento.
- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre as mudanças climáticas, a tese principal pode ser que a ação humana é a principal responsável pelo aquecimento global. A compreensão geral exigiria que o leitor identificasse essa tese e as evidências apresentadas, como dados científicos ou opiniões de especialistas, para apoiar essa afirmação.

- Importância da Compreensão Geral

Ter uma boa compreensão geral do texto é o primeiro passo para uma interpretação eficiente e uma análise crítica. Nos concursos públicos, essa habilidade é frequentemente testada em questões de múltipla escolha e em questões dissertativas, nas quais o candidato precisa demonstrar sua capacidade de resumir o conteúdo e de captar as ideias centrais do texto.

Além disso, uma leitura superficial pode levar a erros de interpretação, prejudicando a resolução correta das questões. Por isso, é importante que o candidato esteja sempre atento ao que o texto realmente quer transmitir, e não apenas ao que é dito de forma explícita. Em resumo, a compreensão geral do texto é a base para todas as outras etapas de interpretação textual, como a identificação de argumentos, a análise da coesão e a capacidade de fazer inferências.

- Ponto de Vista ou Ideia Central Defendida pelo Autor

O ponto de vista ou a ideia central defendida pelo autor são elementos fundamentais para a compreensão do texto, especialmente em textos argumentativos, expositivos e literários. Identificar o ponto de vista do autor significa reconhecer a posição ou perspectiva adotada em relação ao tema tratado, enquanto a ideia central refere-se à mensagem principal que o autor deseja transmitir ao leitor.

Esses elementos revelam as intenções comunicativas do texto e ajudam a esclarecer as razões pelas quais o autor constrói sua argumentação, narrativa ou descrição de determinada maneira. Assim, compreender o ponto de vista ou a ideia central é essencial para interpretar adequadamente o texto e responder a questões que exigem essa habilidade.

- Textos Literários

Nos textos literários, o ponto de vista do autor pode ser transmitido de forma indireta, por meio de narradores, personagens ou símbolos. Muitas vezes, os autores não expõem claramente suas opiniões, deixando a interpretação para o leitor. O ponto de vista pode variar entre diferentes narradores e personagens, enriquecendo a pluralidade de interpretações possíveis.

Um exemplo clássico é o narrador de "Dom Casmurro", de Machado de Assis. Embora Bentinho (o narrador-personagem) conte a história sob sua perspectiva, o leitor percebe que o ponto de vista dele é enviesado, e isso cria ambiguidade sobre

a questão central do livro: a possível traição de Capitu. Nesse caso, a ideia central pode estar relacionada à incerteza e à subjetividade das percepções humanas.

Outro exemplo: em "Vidas Secas", de Graciliano Ramos, o ponto de vista é o de uma narrativa em terceira pessoa que se foca nos personagens humildes e no sofrimento causado pela seca no sertão nordestino. A ideia central do texto é a denúncia das condições de vida precárias dessas pessoas, algo que o autor faz por meio de uma linguagem econômica e direta, alinhada à dureza da realidade descrita.

Nos poemas, o ponto de vista também pode ser identificado pelo eu lírico, que expressa sentimentos, reflexões e visões de mundo. Por exemplo, em "O Navio Negreiro", de Castro Alves, o eu lírico adota um tom de indignação e denúncia ao descrever as atrocidades da escravidão, reforçando uma ideia central de crítica social.

- Textos Não Literários

Em textos não literários, o ponto de vista é geralmente mais explícito, especialmente em textos argumentativos, como artigos de opinião, editoriais e ensaios. O autor tem o objetivo de convencer o leitor de uma determinada posição sobre um tema. Nesse tipo de texto, a tese (ideia central) é apresentada de forma clara logo no início, sendo defendida ao longo do texto com argumentos e evidências.

Por exemplo, em um artigo de opinião sobre a reforma tributária, o autor pode adotar um ponto de vista favorável à reforma, argumentando que ela trará justiça social e reduzirá as desigualdades econômicas. A ideia central, neste caso, é a defesa da reforma como uma medida necessária para melhorar a distribuição de renda no país. O autor apresentará argumentos que sustentem essa tese, como dados econômicos, exemplos de outros países e opiniões de especialistas.

Nos textos científicos e expositivos, a ideia central também está relacionada ao objetivo de informar ou esclarecer o leitor sobre um tema específico. A neutralidade é mais comum nesses casos, mas ainda assim há um ponto de vista que orienta a escolha das informações e a forma como elas são apresentadas. Por exemplo, em um relatório sobre os efeitos do desmatamento, o autor pode não expressar diretamente uma opinião, mas ao apresentar evidências sobre o impacto ambiental, está implicitamente sugerindo a importância de políticas de preservação.

- Como Identificar o Ponto de Vista e a Ideia Central

Para identificar o ponto de vista ou a ideia central de um texto, é importante atentar-se a certos aspectos:

- 1. Título e Introdução: Muitas vezes, o ponto de vista do autor ou a ideia central já são sugeridos pelo título do texto ou pelos primeiros parágrafos. Em artigos e ensaios, o autor frequentemente apresenta sua tese logo no início, o que facilita a identificação.
- **2.** Linguagem e Tom: A escolha das palavras e o tom (objetivo, crítico, irônico, emocional) revelam muito sobre o ponto de vista do autor. Uma linguagem carregada de emoção ou uma sequência de dados e argumentos lógicos indicam como o autor quer que o leitor interprete o tema.



- **3. Seleção de Argumentos:** Nos textos argumentativos, os exemplos, dados e fatos apresentados pelo autor refletem o ponto de vista defendido. Textos favoráveis a uma determinada posição tenderão a destacar aspectos que reforcem essa perspectiva, enquanto minimizam ou ignoram os pontos contrários.
- **4. Conectivos e Estrutura Argumentativa:** Conectivos como "portanto", "por isso", "assim", "logo" e "no entanto" são usados para introduzir conclusões ou para contrastar argumentos, ajudando a deixar claro o ponto de vista do autor. A organização do texto em blocos de ideias também pode indicar a progressão da defesa da tese.
- **5. Conclusão:** Em muitos textos, a conclusão serve para reafirmar o ponto de vista ou ideia central. Neste momento, o autor resume os principais argumentos e reforça a posição defendida, ajudando o leitor a compreender a ideia principal.

Exemplos Práticos

- **Texto Literário:** No conto "A Cartomante", de Machado de Assis, o narrador adota uma postura irônica, refletindo o ceticismo em relação à superstição. A ideia central do texto gira em torno da crítica ao comportamento humano que, por vezes, busca respostas mágicas para seus problemas, ignorando a racionalidade.
- **Texto Não Literário:** Em um artigo sobre os benefícios da alimentação saudável, o autor pode adotar o ponto de vista de que uma dieta equilibrada é fundamental para a prevenção de doenças e para a qualidade de vida. A ideia central, portanto, é que os hábitos alimentares influenciam diretamente a saúde, e isso será sustentado por argumentos baseados em pesquisas científicas e recomendações de especialistas.

- Diferença entre Ponto de Vista e Ideia Central

Embora relacionados, ponto de vista e ideia central não são sinônimos. O ponto de vista refere-se à posição ou perspectiva do autor em relação ao tema, enquanto a ideia central é a mensagem principal que o autor quer transmitir. Um texto pode defender a mesma ideia central a partir de diferentes pontos de vista. Por exemplo, dois textos podem defender a preservação do meio ambiente (mesma ideia central), mas um pode adotar um ponto de vista econômico (focando nos custos de desastres naturais) e o outro, um ponto de vista social (focando na qualidade de vida das futuras gerações).

- Argumentação

A argumentação é o processo pelo qual o autor apresenta e desenvolve suas ideias com o intuito de convencer ou persuadir o leitor. Em um texto argumentativo, a argumentação é fundamental para a construção de um raciocínio lógico e coeso que sustente a tese ou ponto de vista do autor. Ela se faz presente em diferentes tipos de textos, especialmente nos dissertativos, artigos de opinião, editoriais e ensaios, mas também pode ser encontrada de maneira indireta em textos literários e expositivos.

A qualidade da argumentação está diretamente ligada à clareza, à consistência e à relevância dos argumentos apresentados, além da capacidade do autor de antecipar e refutar possíveis contra-argumentos. Ao analisar a argumentação

de um texto, é importante observar como o autor organiza suas ideias, quais recursos utiliza para justificar suas posições e de que maneira ele tenta influenciar o leitor.

- Estrutura da Argumentação

A argumentação em um texto dissertativo-argumentativo, por exemplo, costuma seguir uma estrutura lógica que inclui:

- 1. Tese: A tese é a ideia central que o autor pretende defender. Ela costuma ser apresentada logo no início do texto, frequentemente na introdução. A tese delimita o ponto de vista do autor sobre o tema e orienta toda a argumentação subsequente.
- **2.** Argumentos: São as justificativas que sustentam a tese. Podem ser de vários tipos, como argumentos baseados em fatos, estatísticas, opiniões de especialistas, experiências concretas ou raciocínios lógicos. O autor utiliza esses argumentos para demonstrar a validade de sua tese e persuadir o leitor.
- **3. Contra-argumentos e Refutação:** Muitas vezes, para fortalecer sua argumentação, o autor antecipa e responde a possíveis objeções ao seu ponto de vista. A refutação é uma estratégia eficaz que demonstra que o autor considerou outras perspectivas, mas que tem razões para desconsiderá-las ou contestá-las.
- **4. Conclusão:** Na conclusão, o autor retoma a tese inicial e resume os principais pontos da argumentação, reforçando seu ponto de vista e buscando deixar uma impressão duradoura no leitor.

- Tipos de Argumentos

A argumentação pode utilizar diferentes tipos de argumentos, dependendo do objetivo do autor e do contexto do texto. Entre os principais tipos, podemos destacar:

1. Argumento de autoridade: Baseia-se na citação de especialistas ou de instituições renomadas para reforçar a tese. Esse tipo de argumento busca emprestar credibilidade à posição defendida.

Exemplo: "Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), uma alimentação equilibrada pode reduzir em até 80% o risco de doenças crônicas, como diabetes e hipertensão."

2. Argumento de exemplificação: Utiliza exemplos concretos para ilustrar e validar o ponto de vista defendido. Esses exemplos podem ser tirados de situações cotidianas, casos históricos ou experimentos.

Exemplo: "Em países como a Suécia e a Finlândia, onde o sistema educacional é baseado na valorização dos professores, os índices de desenvolvimento humano são superiores à média global."

3. Argumento lógico (ou dedutivo): É baseado em um raciocínio lógico que estabelece uma relação de causa e efeito, levando o leitor a aceitar a conclusão apresentada. Esse tipo de argumento pode ser dedutivo (parte de uma premissa geral para uma conclusão específica) ou indutivo (parte de exemplos específicos para uma conclusão geral).



Exemplo dedutivo: "Todos os seres humanos são mortais. Sócrates é um ser humano. Logo, Sócrates é mortal."

Exemplo indutivo: "Diversos estudos demonstram que o uso excessivo de telas prejudica a visão. Portanto, o uso prolongado de celulares e computadores também pode afetar negativamente a saúde ocular."

4. Argumento emocional (ou patético): Apela aos sentimentos do leitor, utilizando a emoção como meio de convencimento. Este tipo de argumento pode despertar empatia, compaixão, medo ou revolta no leitor, dependendo da maneira como é apresentado.

Exemplo: "Milhares de crianças morrem de fome todos os dias enquanto toneladas de alimentos são desperdiçadas em países desenvolvidos. É inaceitável que, em pleno século XXI, ainda enfrentemos essa realidade."

5. Argumento de comparação ou analogia: Compara situações semelhantes para fortalecer o ponto de vista do autor. A comparação pode ser entre eventos, fenômenos ou comportamentos para mostrar que a lógica aplicada a uma situação também se aplica à outra.

Exemplo: "Assim como o cigarro foi amplamente aceito durante décadas, até que seus malefícios para a saúde fossem comprovados, o consumo excessivo de açúcar hoje deve ser visto com mais cautela, já que estudos indicam seus efeitos nocivos a longo prazo."

- Coesão e Coerência na Argumentação

A eficácia da argumentação depende também da coesão e coerência no desenvolvimento das ideias. Coesão refere-se aos mecanismos linguísticos que conectam as diferentes partes do texto, como pronomes, conjunções e advérbios. Estes elementos garantem que o texto flua de maneira lógica e fácil de ser seguido.

Exemplo de conectivos importantes:

- Para adicionar informações: "além disso", "também", "ademais".
- Para contrastar ideias: "no entanto", "por outro lado", "todavia".
 - Para concluir: "portanto", "assim", "logo".

Já a coerência diz respeito à harmonia entre as ideias, ou seja, à lógica interna do texto. Um texto coerente apresenta uma relação clara entre a tese, os argumentos e a conclusão. A falta de coerência pode fazer com que o leitor perca o fio do raciocínio ou não aceite a argumentação como válida.

- Exemplos Práticos de Argumentação

- Texto Argumentativo (Artigo de Opinião): Em um artigo que defenda a legalização da educação domiciliar no Brasil, a tese pode ser que essa prática oferece mais liberdade educacional para os pais e permite uma personalização do ensino. Os argumentos poderiam incluir exemplos de países onde a educação domiciliar é bem-sucedida, dados sobre o desempenho acadêmico de crianças educadas em casa e opiniões de especialistas. O autor também pode refutar os argumentos de que essa modalidade de ensino prejudica a socialização das crianças, citando estudos que mostram o contrário.

- **Texto Literário:** Em obras literárias, a argumentação pode ser mais sutil, mas ainda está presente. No romance "Capitães da Areia", de Jorge Amado, embora a narrativa siga a vida de crianças abandonadas nas ruas de Salvador, a estrutura do texto e a escolha dos eventos apresentados constroem uma crítica implícita à desigualdade social e à falta de políticas públicas eficazes. A argumentação é feita de maneira indireta, por meio das experiências dos personagens e do ambiente descrito.

- Análise Crítica da Argumentação

Para analisar criticamente a argumentação de um texto, é importante que o leitor:

- **1. Avalie a pertinência dos argumentos:** Os argumentos são válidos e relevantes para sustentar a tese? Estão bem fundamentados?
- **2. Verifique a solidez da lógica:** O raciocínio seguido pelo autor é coerente? Há falácias argumentativas que enfraquecem a posição defendida?
- **3. Observe a diversidade de fontes:** O autor utiliza diferentes tipos de argumentos (fatos, opiniões, dados) para fortalecer sua tese, ou a argumentação é unilateral e pouco fundamentada?
- **4. Considere os contra-argumentos:** O autor reconhece e refuta pontos de vista contrários? Isso fortalece ou enfraquece a defesa da tese?

- Elementos de Coesão

Os elementos de coesão são os recursos linguísticos que garantem a conexão e a fluidez entre as diferentes partes de um texto. Eles são essenciais para que o leitor compreenda como as ideias estão relacionadas e para que o discurso seja entendido de forma clara e lógica. Em termos práticos, a coesão se refere à capacidade de manter as frases e parágrafos interligados, criando uma progressão lógica que permite ao leitor seguir o raciocínio do autor sem perder o fio condutor.

A coesão textual pode ser alcançada por meio de diversos mecanismos, como o uso de conectivos, pronomes, elipses e sinônimos, que evitam repetições desnecessárias e facilitam a transição entre as ideias. Em textos argumentativos e dissertativos, esses elementos desempenham um papel fundamental na organização e no desenvolvimento da argumentação.

- Tipos de Coesão

Os principais tipos de coesão podem ser divididos em coesão referencial, coesão sequencial e coesão lexical. Cada um deles envolve diferentes estratégias que contribuem para a unidade e a clareza do texto.

1. Coesão Referencial

A coesão referencial ocorre quando um elemento do texto remete a outro já mencionado, garantindo que as ideias sejam retomadas ou antecipadas sem a necessidade de repetição direta. Isso pode ser feito por meio de pronomes, advérbios ou outras expressões que retomam conceitos, pessoas ou objetos mencionados anteriormente.



RACIOCÍNIO LÓGICO

ESTRUTURAS LÓGICAS. LÓGICA SENTENCIAL (OU PROPOSICIONAL). PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS. TABELAS-VERDADE. EQUIVALÊNCIAS. LEIS DE MORGAN

Um predicado é uma sentença que contém um número limitado de variáveis e se torna uma proposição quando são dados valores às variáveis matemáticas e propriedades quaisquer a outros tipos.

Um predicado, de modo geral, indica uma relação entre objetos de uma afirmação ou contexto.

Considerando o que se conhece da língua portuguesa e, intuitivamente, predicados dão qualidade aos sujeitos, relacionam os sujeitos e relacionam os sujeitos aos objetos.

Para tal, são usados os conectivos lógicos \neg , \Rightarrow , \rightarrow , \wedge , \vee , mais objetos, predicados, variáveis e quantificadores.

Os objetos podem ser concretos, abstratos ou fictícios, únicos (atômicos) ou compostos.

Logo, é um tipo que pode ser desde uma peça sólida, um número complexo até uma afirmação criada para justificar um raciocínio e que não tenha existência real!

Os argumentos apresentam da lógica dos predicados dizem respeito, também, àqueles da lógica proposicional, mas adicionando as qualidades ao sujeito.

As palavras que relacionam os objetos são usadas como quantificadores, como um objeto está sobre outro, um é maior que o outro, a cor de um é diferente da cor do outro; e, com o uso dos conectivos, as sentenças ficam mais complexas.

Por exemplo, podemos escrever que um objeto é maior que outro e eles têm cores diferentes.

Somando as variáveis aos objetos com predicados, as variáveis definem e estabelecem fatos relativos aos objetos em um dado contexto.

Vamos examinar as características de argumentos e sentencas lógicas para adentrarmos no uso de quantificadores.

No livro Discurso do Método de René Descartes, encontramos a afirmação: "(1ª parte): "...a diversidade de nossas opiniões não provém do fato de serem uns mais racionais que outros, mas somente de conduzirmos nossos pensamentos por vias diversas e não considerarmos as mesmas coisas. Pois não é suficiente ter o espírito bom, o principal é aplicá-lo bem."

Cabe aqui, uma rápida revisão de conceitos, como o de **argumento**, que é a afirmação de que um grupo de proposições gera uma proposição final, que é consequência das primeiras. São ideias lógicas que se relacionam com o propósito de esclarecer pontos de pensamento, teorias, dúvidas.

Seguindo a ideia do princípio para o fim, a proposição é o início e o argumento o fim de uma explanação ou raciocínio, portanto essencial para um pensamento lógico.

A proposição ou sentença a é uma oração declarativa que poderá ser classificada somente em verdadeira ou falsa, com sentido completo, tem sujeito e predicado.

Por exemplo, e usando informações multidisciplinares, são proposicões:

- I A água é uma molécula polar;
- II A membrana plasmática é lipoprotéica.

Observe que os exemplos acima seguem as condições essenciais que uma proposição deve seguir, i.e., dois axiomas fundamentais da lógica, [1] o princípio da não contradição e [2] o princípio do terceiro excluído, como já citado.

O princípio da não contradição afirma que uma proposição não ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.

O princípio do terceiro excluído afirma que toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, jamais uma terceira opção.

Após essa pequena revisão de conceitos, que representaram os tipos de argumentos chamados válidos, vamos especificar os conceitos para construir argumento inválidos, falaciosos ou sofisma

PROPOSIÇÕES SIMPLES E COMPOSTAS

Para se construir as premissas ou hipóteses em um argumento válido logicamente, as premissas têm extensão maior que a conclusão. A primeira premissa é chamada de maior é a mais abrangente, e a menor, a segunda, possui o sujeito da conclusão para o silogismo; e das conclusões, temos que:

- I De duas premissas negativas, nada se conclui;
- II De duas premissas afirmativas não pode haver conclusão negative;
 - III A conclusão segue sempre a premissa mais fraca;
 - IV De duas premissas particulares, nada se conclui.

As premissas funcionam como proposições e podem ser do tipo simples ou composta. As compostas são formadas por duas ou mais proposições simples interligadas por um "conectivo".

Uma proposição/premissa é toda oração declarativa que pode ser classificada em verdadeira ou falsa ou ainda, um conjunto de palavras ou símbolos que exprimem um pensamento de sentido completo.

Características de uma proposição:

- I Tem sujeito e predicado;
- II É declarativa (não é exclamativa nem interrogativa);
- III Tem um, e somente um, dos dois valores lógicos: ou é verdadeira ou é falsa.

É regida por princípios ou axiomas:

 I – Princípio da não contradição: uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo.



II – Princípio do terceiro excluído: toda proposição ou é verdadeira ou é falsa, isto é, verifica-se sempre um destes casos e nunca um terceiro.

Exemplos:

- A água é uma substância polar.
- A membrana plasmática é lipoprotéica.
- As premissas podem ser unidas via conectivos mostrados na tabela abaixo e já mostrado acima. São eles:

Proposição	Forma	Símbolo
Negação	Não	r
Disjunção não exclusiva	ou	V
Conjunção	e	۸
Condicional	Se então	\rightarrow
Bicondicional	Se e somente se	\leftrightarrow

TABELAS VERDADE

As tabelas-verdade são ferramentas utilizadas para analisar as possíveis combinações de valores lógicos (verdadeiro ou falso) das proposições. Elas permitem compreender o comportamento lógico de operadores como negação, conjunção e disjunção, facilitando a verificação da validade de proposições compostas. Abaixo, apresentamos as tabelas-verdade para cada operador,

1. Negação

A partir de uma proposição p qualquer, pode-se construir outra, a negação de p, cujo símbolo é $\neg p$.

Exemplos:

A água é uma substância não polar.

A membrana plasmática é não lipoprotéica.

Tabela-verdade para $p \in \neg p$.

р	¬p
V	F
F	V

Os símbolos lógicos para construção de proposições compostas são: \land (lê-se e) e \lor (lê-se ou).

2. Conectivo A:

Colocando o conectivo \land entre duas proposições p e q, obtém-se uma nova proposição $p \land q$, denominada conjunção das sentenças.

Exemplos:

p: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.

q: o aminoácido fenilalanina é apolar.

 $p \wedge q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica e o aminoácido fenilalanina é apolar.

Tabela-verdade para a conjunção

Axioma: a conjunção é verdadeira se, e somente se, ambas as proposições são verdadeiras; se ao menos uma delas for falsa, a conjunção é falsa.

р	q	p ∧ q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	F

3. Conectivo V:

Colocando o conectivo \vee entre duas proposições p e q, obtém-se uma nova proposição p \vee q, denominada disjunção das sentencas.

Exemplos:

p: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica.

q: substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

 $p \lor q$: substâncias apolares atravessam diretamente a bicamada lipídica ou substâncias polares usam receptores proteicos para atravessar a bicamada lipídica.

Tabela-verdade para a disjunção

Axioma: a disjunção é verdadeira se ao menos das duas proposições for verdadeira; se ambas forem falsas, então a disjunção é falsa.

р	q	p∨q
V	V	V
V	F	V
F	V	V
F	F	F

Símbolos lógicos para sentenças condicionais são: se ...então... (símbolo \rightarrow); ...se, e somente se, ... (símbolo \leftrightarrow).

4. Condicional →

O condicional \rightarrow colocado entre $p \in q$, obtém-se uma nova proposição $p \rightarrow q$, que se lê :se p então q, 'p é condição necessária para q' e 'q é condição suficiente para p'

p é chamada antecedente e q é chamada de consequente.

Exemplos:

p: o colesterol é apolar.

q: o colesterol penetra a bicamada lipídica.

 $p \rightarrow q$: se o colesterol é apolar, então o colesterol penetra a bicamada lipídica.



Tabela-verdade para a condicional \rightarrow

Axioma: o condicional $p \rightarrow q$ é falsa somente quando p é verdadeira e q é falsa, caso contrário, $p \rightarrow q$ é verdadeira.

р	q	p → q
V	V	V
V	F	F
F	V	V
F	F	V

5. Bicondicional ↔

O bicondicional \leftrightarrow colocado entre p e q, obtém-se uma nova proposição $p \leftrightarrow q$ que se lê :p se, somente se, q, 'q é condição necessária e suficiente para p' e 'se p, então q e reciprocamente'

Exemplos:

p: o colesterol é uma substância apolar.

q: o colesterol não é solúvel em água.

 $p \leftrightarrow q$: o colesterol é uma substância apolar se, e somente se, o colesterol não é solúvel em água.

Tabela-verdade para a bicondicional ↔

Axioma: o bicondicional \leftrightarrow é verdadeiro somente quando p e q são ambas verdadeiras ou ambas são falsas.

р	q	$p \leftrightarrow q$
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

TAUTOLOGIA, CONTRADIÇÃO E CONTINGÊNCIA

As proposições compostas podem ser classificadas de acordo com o seu valor lógico final, considerando todas as possíveis combinações de valores lógicos das proposições simples que as compõem. Essa classificação é fundamental para entender a validade de argumentos lógicos:

Tautologia

Uma tautologia é uma proposição composta cujo valor lógico final é sempre verdadeiro, independentemente dos valores das proposições simples que a compõem. Em outras palavras, não importa se as proposições simples são verdadeiras ou falsas; a proposição composta será sempre verdadeira. Tautologias ajudam a validar raciocínios. Se uma proposição complexa é tautológica, então o argumento que a utiliza é logicamente consistente e sempre válido.

Exemplo: A proposição "p ou não-p" (ou p v ~p) é uma tautologia porque, seja qual for o valor de p (verdadeiro ou falso), a proposição composta sempre terá um resultado verdadeiro. Isso reflete o Princípio do Terceiro Excluído, onde algo deve ser verdadeiro ou falso, sem meio-termo.

Contradição

Uma contradição é uma proposição composta que tem seu valor lógico final sempre falso, independentemente dos valores lógicos das proposições que a compõem. Assim, qualquer que seja o valor das proposições simples, o resultado será falso. Identificar contradições em um argumento é essencial para determinar inconsistências lógicas. Quando uma proposição leva a uma contradição, isso significa que o argumento em questão não pode ser verdadeiro.

Exemplo: A proposição "p e não-p" (ou p ^ ~p) é uma contradição, pois uma proposição não pode ser verdadeira e falsa ao mesmo tempo. Esse exemplo reflete o Princípio da Não Contradição, que diz que uma proposição não pode ser simultaneamente verdadeira e falsa.

Contingência

Uma contingência é uma proposição composta cujo valor lógico final pode ser tanto verdadeiro quanto falso, dependendo dos valores das proposições simples que a compõem. Diferentemente das tautologias e contradições, que são invariavelmente verdadeiras ou falsas, as contingências refletem casos em que o valor lógico não é absoluto e depende das circunstâncias. Identificar contradições em um argumento é essencial para determinar inconsistências lógicas. Quando uma proposição leva a uma contradição, isso significa que o argumento em questão não pode ser verdadeiro.

Exemplo: A proposição "se p então q" (ou p \rightarrow q) é uma contingência, pois pode ser verdadeira ou falsa dependendo dos valores de p e q. Caso p seja verdadeiro e q seja falso, a proposição composta será falsa. Em qualquer outra combinação, a proposição será verdadeira.

Exemplo:

- **4. (CESPE)** Um estudante de direito, com o objetivo de sistematizar o seu estudo, criou sua própria legenda, na qual identificava, por letras, algumas afirmações relevantes quanto à disciplina estudada e as vinculava por meio de sentenças (proposições). No seu vocabulário particular constava, por exemplo:
 - P: Cometeu o crime A.
 - Q: Cometeu o crime B.
- R: Será punido, obrigatoriamente, com a pena de reclusão no regime fechado.
 - S: Poderá optar pelo pagamento de fiança.

Ao revisar seus escritos, o estudante, apesar de não recordar qual era o crime B, lembrou que ele era inafiançável. Tendo como referência essa situação hipotética, julgue o item que se segue.

A sentença $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow ((^{\sim}Q) \rightarrow (^{\sim}P))$ será sempre verdadeira, independentemente das valorações de P e Q como verdadeiras ou falsas.

- () CERTO
- () ERRADO



Resolução:

Temos a sentença $(P \rightarrow Q) \leftrightarrow ((^{\sim}Q) \rightarrow (^{\sim}P))$.

Sabemos que ($^{\sim}Q$) \rightarrow ($^{\sim}P$) é equivalente a $P\rightarrow Q$, entao podemos substituir:

 $P \rightarrow Q \leftrightarrow P \rightarrow Q$

Considerando $P \rightarrow Q = A$, temos:

 $A \longleftrightarrow A$

Uma bicondicional (\leftrightarrow) é verdadeira quando ambos os lados têm o mesmo valor lógico.

Como ambos os lados são A, eles sempre terão o mesmo valor.

Logo a sentença é sempre verdadeira, independentemente dos valores de P e Q.

Resposta: Certo.

EQUIVALÊNCIAS

O nome equivalência deriva de igualdade ou coisas que se equivalem, e dentro de coisas, entenda-se também, raciocínio.

Em termos de lógica, se duas proposições possuem o mesmo resultado para suas tabelas-verdade, elas são ditas equivalentes e se escreve p=q. o caso mais simples se verifica na negação da negação de uma proposição, i.e., $\sim(\sim p)$. como exemplo veja a tabela-verdade abaixo.

р	q	p∨q	~(p ∨ q)	~p ∧ ~q
V	V	V	F	F
V	F	V	F	F
F	V	V	F	F
F	F	F	V	V

Logo, $\sim (p \vee q)$ e $\sim p \wedge \sim q$, são proposições equivalentes.

Temos, dentro do raciocínio lógico as equivalências básicas cujas deduções são lógicas e diretas:

$$I - p \land p = p$$

$$II - p \lor p = p$$

 $III - p \land q = q \land p$

 $IV - p \lor q = q \lor p$

Para mostrar a lógica simples das sentenças acima, pense que, para (I), se algo escrevermos que estudar matemática é bom e que estudar matemática é bom, logicamente, deduzimos que estudar matemática é bom!!

Leis de Morgan

Dentro das equivalências, existem as equivalências ou leis de De Morgan, que se referem às negações das proposições do tipo negação da conjunção e sua equivalência com a disjunção, assim como negação da disjunção e sua equivalência com a conjunção, como segue:

$$\neg(p \land q) = \neg p \lor \neg q$$

 $\neg(p \lor q) = \neg p \land \neg q$

.. .. .

IMPLICAÇÕES

Uma proposição P(p,q,r,...) implica logicamente ou apenas implica uma proposição Q(p,q,r,...) se Q(p,q,r,...) é verdadeira (V) todas as vezes que P(p,q,r,...) é verdadeira (V), ou seja, a proposição P implica a proposição Q, quando a condicional P \rightarrow Q for uma tautologia.

Representamos a implicação com o símbolo " \Rightarrow ", simbolicamente temos:

$$P(p,q,r,...) \Rightarrow Q(p,q,r,...).$$

A não ocorrência de VF na tabela verdade de $P \rightarrow Q$, ou ainda que o valor lógico da condicional $P \rightarrow Q$ será sempre V, ou então que $P \rightarrow Q$ é uma tautologia.

Observação: Os símbolos " \rightarrow " e " \Rightarrow " são completamente distintos. O primeiro (" \rightarrow ") representa a condicional, que é um conectivo. O segundo (" \Rightarrow ") representa a relação de implicação lógica que pode ou não existir entre duas proposições.

Exemplo:

A tabela verdade da condicional (p ^ g) \rightarrow (p \leftrightarrow g) será:

р	q	p ^ q	$p \leftrightarrow q$	$(p \land q) \rightarrow (p \leftrightarrow q)$
٧	V	V	V	V
٧	F	F	F	٧
F	V	F	F	V
F	F	F	V	V

Portanto, (p ^ q) \Rightarrow (p \leftrightarrow q) é uma tautologia, por isso (p ^ q) \Rightarrow (p \leftrightarrow q).

Em particular:

– Toda proposição implica uma Tautologia: p ⇒ p v ~p

р	p v ~p
V	V
F	V

– Somente uma contradição implica uma contradição: p ^ ~p ⇒ p v ~p → p ^ ~p

р	~p	p ^ ~p	p v ~p → p ^ ~p
٧	F	F	F
F	V	F	F

Propriedades da Implicação Lógica

A implicação lógica goza das propriedades reflexiva e transitiva:

Reflexiva: $P(p,q,r,...) \Rightarrow P(p,q,r,...)$

Uma proposição complexa implica ela mesma.

Transitiva: Se $P(p,q,r,...) \Rightarrow Q(p,q,r,...) e$

 $Q(p,q,r,...) \Rightarrow R(p,q,r,...)$, então

 $P(p,q,r,...) \Rightarrow R(p,q,r,...)$



NOÇÕES DE INFORMÁTICA

CONCEITOS BÁSICOS DE HARDWARE E SOFTWARE: FUNCIONAMENTO DO COMPUTADOR; CONHECIMENTOS DOS COMPONENTES PRINCIPAIS

HARDWARE

O hardware é a parte física do computador, composta por todos os componentes e dispositivos que podem ser tocados, como placas, cabos, memórias, dispositivos de entrada e saída, entre outros. Ele é dividido em várias categorias com base em sua função: componentes internos, dispositivos de entrada, dispositivos de saída e dispositivos de armazenamento.

Componentes Internos

- Placa-mãe (Motherboard): É o principal componente do computador, responsável por conectar todos os outros dispositivos. Ela contém slots para o processador, memória RAM, discos de armazenamento e placas de expansão.
- Processador (CPU Central Processing Unit): Conhecido como o "cérebro" do computador, o processador executa as instrucões dos programas e realiza cálculos. Ele é dividido em:
- Unidade de Controle (UC): Gerencia a execução das instruções.
- Unidade Lógica e Aritmética (ULA): Realiza cálculos matemáticos e operações lógicas.
- Memória RAM (Random Access Memory): Uma memória volátil e temporária usada para armazenar dados dos programas em execução. Perde seu conteúdo ao desligar o computador.
- Memória ROM (Read Only Memory): Uma memória não volátil que armazena instruções permanentes, como o BIOS, essencial para inicializar o computador.
- Memória Cache: Uma memória extremamente rápida que armazena dados frequentemente usados pelo processador, acelerando o desempenho.
- Placa de Vídeo (GPU Graphics Processing Unit):
 Responsável por processar imagens e vídeos, essencial para gráficos avançados e jogos.
- Fonte de Alimentação: Fornece energia elétrica para todos os componentes do computador.
- Placa de Rede: Permite a conexão do computador a redes locais ou à internet, podendo ser com fio ou sem fio.

Dispositivos de Entrada

- Teclado: Permite inserir informações no computador através de teclas.
 - Mouse: Facilita a interação com interfaces gráficas.
 - Microfone: Capta áudio para comunicação ou gravação.
 - Scanner: Converte documentos físicos em arquivos digitais.
 - Webcam: Captura imagens e vídeos.

Dispositivos de Saída

- Monitor: Exibe imagens, vídeos e informações ao usuário.
- Impressora: Produz cópias físicas de documentos ou imagens.
 - Caixas de Som/Fones de Ouvido: Reproduzem áudio.
- Projetores: Apresentam imagens ou vídeos em grandes superfícies.

Dispositivos de Entrada e Saída (I/O)

Alguns dispositivos desempenham as duas funções:

- Pen Drives: Permitem armazenar dados e transferi-los.
- Touchscreen: Combina entrada (toque) e saída (exibição).
- Impressoras Multifuncionais: Funcionam como scanner e impressora.

Dispositivos de Armazenamento

- HD (Hard Disk): Um disco magnético usado para armazenar grandes quantidades de dados de forma permanente.
- SSD (Solid State Drive): Uma unidade de armazenamento mais rápida e resistente que o HD, usada para maior desempenho.
- Memórias Externas: Incluem pen drives, cartões de memória e discos rígidos externos.
- Mídias Ópticas: CDs, DVDs e Blu-rays, que armazenam dados de forma durável.
 - CD (Compact Disc): Armazena até 700 MB de dados.
- DVD (Digital Versatile Disc): Armazena entre 4,7 GB (camada única) e 8,5 GB (duas camadas).
 - Blu-ray: Armazena até 25 GB por camada.

SOFTWARE

O software é a parte lógica do computador, composta pelos programas que permitem a execução de tarefas e o funcionamento do hardware. Ele é classificado em software de sistema, software de aplicação e software utilitário.

Software de Sistema

O software de sistema gerencia os recursos do computador e serve como interface entre o hardware e o usuário. O principal exemplo é o sistema operacional (SO). O SO controla todos os dispositivos e fornece uma plataforma para a execução de programas. Exemplos incluem:

- Windows: Popular em computadores pessoais e empresariais.
- Linux: Sistema operacional de código aberto, amplamente utilizado em servidores e por usuários avançados.
 - macOS: Exclusivo para computadores da Apple.
- Android e iOS: Sistemas operacionais para dispositivos móveis.

